componentes curriculares "Educação Artística e Língua Inglesa". Estes são tratados, nas Escolas Estaduais do Estado de São Paulo, metodologicamente, como "atividade" e a promoção decorre da apuração da assiduidade. Nos termos da Resolução SE 07/89 e Deliberação CEE nº 06/87, a situação da aluna encontra-se devidamente amparada.

Isto posto, não consta dos autos ilegalidade para acolhimento do recurso da Escola contra decisão da 17ª Delegacia de Ensino, uma vez que, realmente, não foram atendidos os termos da Indicação CEE 02/91, parte integrante da Deliberação CEE nº 03/91, alterada pela Deliberação CEE nº 09/92.

É importante esclarecer ao senhor Diretor do Colégio "Spinosa" que a autonomia da escola é preservada, mas também, não se pode deixar de perceber que essa autonomia está assentada em parâmetros norteados pela Legislação Educacional e que os mesmos devem ser observados sob pena de se transformar as escolas em "terra de ninguém".

2. CONCLUSÃO

Indefere-se o recurso do Colégio "Spinosa" contra a decisão da 17ª DE da Capital, DRECAP-3, referente à aluna Carolina da Fonseca Frediani.

São Paulo, 26 de maio de 1993.

a) Cons^a Cleusa Pires de Andrade
Relatora

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Primeiro Grau adota, como seu Parecer, o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral, Aparecido Leme Colacino, Elba Siqueira de Sá Barretto, João Gualberto de Carvalho Meneses e Melânia Dalla Torre.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 02 de junho de 1993.

a) Cons. Aparecido Leme Colacino
Vice-Presidente da CEPG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de junho de 1993.

a) Cons. JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA
Presidente